

Aspectos Relacionados à Adoção na Percepção de Acadêmicos de Psicologia

Paula Marianne Cararo Correia ¹

Vanessa da Silva ²

Rosina Forteski Glidden³

Resumo

A adoção constitui-se em um modo de devolver à criança ou ao adolescente a oportunidade de se desenvolver em um ambiente de convivência familiar. Foi objetivo deste artigo investigar aspectos relacionados à adoção na percepção de acadêmicos de Psicologia. Participaram 47 acadêmicos do curso de Psicologia de uma faculdade do norte de Santa Catarina, com idade média de 27,35 anos. Foi utilizado um questionário semiestruturado para coleta de dados e feita a análise semântica das respostas qualitativas e geradas medidas descritivas e o teste t de Student para as variáveis quantitativas. Os resultados apontaram que a maioria dos participantes, caso pretendesse à adoção, não teria perfil preestabelecido em relação ao adotado. Os participantes também associaram adoção, em primeiro lugar, à oportunidade de dar amor ao adotado e, em relação aos níveis de concordância com mitos e preconceitos, não se observou diferença estatística entre os alunos iniciantes e concluintes.

Palavras-chave: adoção; famílias adotantes; parentalidade; psicologia.

Psychology Academics' Perception of Aspects Related to Adoption

Abstract

Adoption is a way of giving back to the child or adolescent the opportunity to develop in a family interaction environment. This research aimed to investigate psychology students' perception of aspects related to adoption. The sample was composed of 47 Psychology students, with an average age of 27.35 years, from a northern Santa Catarina college. A semi-structured questionnaire was used for data collection. The data analysis was done through semantic analysis of qualitative responses, while descriptive measures and the Student's t test were generated for quantitative variables. The results indicated that most of the participants, if they intended to adopt, would not have a pre-established profile in relation to the adopted child. The participants also associated adoption, in first place, as an opportunity to give love to the adoptee. In relation to the levels of agreement regarding myths and prejudices, no statistical difference was observed between first semester students and graduates.

Keywords: adoption; adoptive families; parenting; psychology.

¹ Psicóloga pela Fameg Uniasselvi.

² Psicóloga pela Fameg Uniasselvi.

³ Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Educação pela UFPR, professora de Psicologia e Orientadora de Iniciação Científica na Fameg – Uniasselvi.

Introdução

De uma perspectiva jurídica, a adoção pode ser conceituada como o procedimento legal que transfere os direitos e deveres dos pais biológicos para os pais adotivos, ou seja, para a família substituta (Brasil, 2011). A regulamentação da prática de adoção passou a valer a partir de 13 de julho de 1990 (Brasil, 1990) pela Lei 8.069, que sofreu algumas mudanças em 2009, com a nova Lei da Adoção, que prioriza a garantia às crianças e aos adolescentes dos seus direitos, dentre os quais está a convivência familiar, passando pelos trâmites legais (Maux & Dutra, 2010; Souza, 2016). Para Weber (2005), a convivência familiar e comunitária é um direito básico e essencial da criança.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), a adoção é uma medida excepcional e irrevogável, devendo-se recorrer a ela apenas quando todas as possibilidades e tentativas de manter a criança ou o adolescente na família de origem estiverem esgotadas. Porém, Gondim et al. (2008) ressaltam que a adoção não pode ser vista como uma forma de resolver problemas sociais, como a institucionalização e o abandono, e sim como um meio de oferecer à criança uma expectativa de futuro relacionada a uma família.

A história da adoção remonta aos tempos da colonização (Dias & Silva, 2012; Maux & Dutra, 2010) e, desde então, o tema tem sido discutido com desconfiança em relação à legitimidade do processo, além da existência de mitos e preconceitos (Gondim et al., 2008; Maux & Dutra, 2010; Valério & Lyra, 2014; Weber, 1995). A supervalorização dos vínculos de sangue acaba por ocasionar uma dicotomia na qual os pais biológicos seriam os verdadeiros, enquanto os adotivos seriam os falsos. Neste sentido, haveria sempre a possibilidade de, em caso de reencontro, os laços de sangue predominarem e a criança preferir os pais biológicos. Ainda, permaneceu ao longo do tempo a falsa crença de que filhos adotivos são, potencialmente, mais problemáticos do que filhos biológicos (Maux & Dutra, 2010).

A adoção constitui-se como um modo de devolver à criança ou ao adolescente a oportunidade de se desenvolver em um ambiente familiar. Gondim et al. (2008) enfatizam que não se deve negar a convivência familiar a uma criança ou adolescente, pois este contexto é a base do seu desenvolvimento, o que torna o processo de adoção essencial. No entanto, há inúmeras formalidades e exigências, por parte das instituições e dos pais adotantes, para que uma criança ou adolescente sejam encaminhados para a adoção (Gondim et al., 2008; Weber, 1995), que dificultam o processo.

Com relação às exigências dos pais, há uma demanda majoritária por bebês brancos (Huber & Siqueira, 2010; Gondim et al., 2008). Sabe-se que o processo de adoção é demorado, em partes, porque a grande maioria dos pais candidatos a adotar esperam por bebês meninas brancas, sendo que a maior parte das crianças que estão disponíveis para adoção não corresponde a este perfil (Brasil, 2011). Portanto, há uma incompatibilidade entre o perfil das crianças disponíveis para adoção e aquele idealizado pelos futuros pais (Souza, 2016).

Grande parte das crianças que estão disponíveis para adoção encontra-se em instituições de acolhimento. Destas, algumas não podem ser encaminhadas a uma família adotiva, pois não foram destituídas dos pais biológicos. Em função disso seu tempo de permanência nestes locais se torna mais longo, trazendo consequências negativas para seu desenvolvimento (Weber, 1995).

A adoção vivencia, nos dias correntes, grande exposição midiática, no cenário nacional e internacional. Este fenômeno faz com que os significados dados à adoção estejam em constante tensionamento, permeados por aspectos de uma cultura coletiva e de uma pessoal, de acordo Valério e Lyra (2014). As autoras pontuam que “mitos e histórias sobre adoção integram as sugestões sociais que atuam como guias e reguladores do referido processo, por exemplo, carregando um valor negativo”. Frente a isto, as pessoas seguem reconstruindo seu significado pessoal sobre o tema, em uma caminhada de avanços e retrocessos sucessivos (Valério & Lyra, 2014, p. 723).

O psicólogo está envolvido em todos os processos relacionados à adoção e à criança ou ao adolescente em situação de acolhimento. Inserido dentro da instituição e com o apoio da equipe interdisciplinar, ele atua com foco no bem-estar das crianças e dos adolescentes (Aguiar, Carrero & Rondina, 2007). Gondim et al. (2008) e Morelli, Scorsolini-Comin e Santeiro (2015) também ressaltam a importância do psicólogo na preparação das famílias que irão adotar. Assim como Alvarenga e Bittencourt (2013), que falam da relevância do psicólogo na mediação do processo de construção das relações entre os pais pretendentes e a criança que será adotada. Dias e Silva (2012) acrescentam ainda que há uma demanda importante da atuação do psicólogo na mediação transacional para a maioria e consequente saída da instituição de acolhimento pelos adolescentes. Costa e Kemmelmeier (2013) pontuam que a Psicologia tem se inserido nos grupos de apoio à adoção, estes espaços são importantes instrumentos de acompanhamento dos futuros pais, pelo psicólogo, em todo o processo da adoção.

Diante do exposto, foi objetivo desta pesquisa investigar aspectos relacionados à adoção na percepção de acadêmicos de Psicologia.

Método

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de delineamento misto, qualitativo e quantitativo, com objetivos exploratórios, descritivos e de comparação.

Amostra

Esta pesquisa utilizou-se de uma amostra de conveniência, constituída por 47 acadêmicos do curso de Psicologia de uma faculdade do norte de Santa Catarina. O critério de seleção dos participantes foi estar cursando o primeiro semestre (iniciantes) ou o décimo semestre (concluintes) do curso de Psicologia. Os estudantes participaram da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), entregue após os esclarecimentos sobre os procedimentos e objetivos da pesquisa. Uma via assinada do termo ficou com os participantes. Foi mantido o devido sigilo com relação à identidade dos participantes. A aplicação foi realizada nas salas de aula das duas turmas, após agendamento prévio com os professores responsáveis. A pesquisa foi aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa, Parecer nº 301/2015.

Instrumento de coleta de dados

Foi utilizado um questionário semiestruturado composto por questões sociodemográficas e questões abertas e fechadas que abordavam os temas centrais da pesquisa, construídas com base na literatura da área. Destas, 14 tiveram como base os mitos e preconceitos sobre adoção elencados por Weber (1995).

Análise e discussão dos resultados

A análise das perguntas abertas foi realizada por semelhança semântica, surgindo assim categorias e subcategorias qualitativas que foram debatidas em relação à literatura da área. Para a análise quantitativa utilizou-se o teste *t* de *Student*, na ausência de significância dos resultados, avaliou-se a distribuição de frequências e porcentagens. Algumas falas foram usadas para ilustrar os dados.

Dos 47 acadêmicos participantes, 63,8% eram concluintes e 36,2% iniciantes. Destes, a maioria (89,1%) era do sexo feminino, a idade média constatada foi de 27,35 anos, desvio padrão de 7,8. Quanto ao estado civil, 57,4% eram solteiros, 38,3% casados e 4,3% divorciados. A maioria (72,3%) não possuía filhos e, dentre estes, 85,3% planejavam ter filhos. Referente à religião, 60,0% eram da religião católica, 20,0% da evangélica, 8,9% se consideraram ateus, 6,7% de outras religiões e 4,4% eram espíritas. Quanto à etnia, 76,6% se classificaram como brancas, 14,9% pardas, 6,4% negras e amarelas 2,1%. Ainda, 72,2% não possuíam outra graduação completa e 85,1% estavam empregados no momento da pesquisa.

Cabe pontuar que os participantes desta pesquisa formaram uma amostra de conveniência. As perguntas do questionário indagavam sobre situações ou possibilidades hipotéticas relacionadas ao tema geral adoção, pois a amostra não se constituiu de participantes que já adotaram ou que eram pretendentes à adoção.

Em relação ao tema geral, foram investigadas as seguintes questões: se os participantes já pensaram em adotar, a percepção e as motivações para a adoção, o perfil da criança ou do adolescente que seria preterida(o) e os níveis de concordância sobre mitos e preconceitos relacionados ao tema. Sobre terem pensado alguma vez em adotar, 72,3% (n=34) relataram que sim, e 27,7% (n=13) que não.

Percepção sobre adoção

A Tabela 1 traz as frequências da categorização resultante da análise semântica sobre a questão: *o que você acha da adoção?*

Tabela 1: Percepção sobre a adoção

Categories	Iniciantes (f)	Concluintes (f)	Total
Ato de amor	7	12	19

Ato de ajuda	8	9	17
Ato de responsabilidade	1	9	10
Ato de nobreza	2	7	9
Opção para quem não tem filhos	-	3	3
Ato relevante	2	-	2
Ato de coragem	-	1	1
Outros	-	1	1
Total	20	42	62

Nota: f = número de respostas, não de participantes.

Observa-se pela Tabela 1 que, na soma total das frequências (19), a percepção principal sobre adoção faz referência a prover afeto positivo, como amor e carinho.

“Uma oportunidade de integração e ‘afeto’ de certa forma, um desafio motivado pelo amor”. [sic] (P9, iniciante).

A adoção, ao ofertar ao adotado uma família capaz de prover conforto e afeto, principalmente o amor, constrói a base do desenvolvimento da criança (Gondim et al., 2008). Para Weber (1995) a adoção é uma forma de devolver à criança a dignidade e o respeito, aspectos muito importantes para a criança em desenvolvimento.

Estes resultados vão ao encontro, ainda, daqueles achados na pesquisa de Justo, Rippel e Maier (2017) que buscou analisar as representações sociais sobre a adoção de crianças e adolescentes institucionalizados em estudantes de Psicologia e Direito. Os resultados mostraram que em ambos os grupos de estudantes família e afeto foram elementos centrais dos discursos. Quando considerado só o grupo de estudantes de Psicologia, porém, observou-se a predominância do elemento amor, dado que também aparece na presente pesquisa.

Em segundo lugar emergiu a categoria *ato de ajuda* (17) que faz referência à possibilidade de ajudar a criança que se encontra sem lar, enfatizando as características de benfeitor daquele que adota e provê a oportunidade de convivência familiar.

“[...] Proporcionar a uma pessoa que necessita de um lar, a oportunidade de recomeçar a vida em uma família nova”. [sic] (P19, concluinte).

A relação adoção e caridade, segundo Maux e Dutra (2010) é frequentemente observada nos processos de adoção. Também para Weber (2001), no imaginário das pessoas a adoção se associa à caridade e à filantropia. Valério e Lyra (2014) acrescentam que, na atualidade, a adoção se configura como uma ação louvável e desejável. Ainda que sentimentos ambivalentes coexistam, gerando tensões.

Ato de responsabilidade apareceu em terceiro lugar (10), é a categoria que se refere ao ato de adotar como uma atitude que exige comprometimento do adotante, porque as crianças já passaram pela situação de abandono e desvinculação.

“Adoção é um ato de muita responsabilidade, e que deve ser muito bem planejado, pois não é como brincar de boneca que quando se cansa é só devolver”. [sic] (P43, *concluinte*).

Pode-se perceber que alunos iniciantes e concluintes trazem discursos referentes à percepção sobre a adoção relacionados a oferecer afeto positivo e uma oportunidade de melhores condições de vida, pela oferta da convivência familiar. Para Ebrahim (2001), a cultura da adoção é baseada na ideia de proporcionar uma chance para a criança institucionalizada de viver em um lar.

Em relação às diferenças entre os grupos, pode-se perceber que a categoria *ato de responsabilidade* teve uma frequência maior no décimo semestre, sugerindo que há uma maior preocupação em relação à seriedade do compromisso de adotar uma criança nos alunos concluintes.

Gondim et al. (2008) pontuam que o processo de adoção é muito desejado, porém marcado por problemas, preconceitos e escassez de acompanhamento psicológico. Para as autoras, é necessário que os pretendentes a exercer os papéis parentais estejam preparados psicologicamente para este acontecimento importante, considerando que todo indivíduo tem direito a ter uma expectativa de futuro em família, seja ela biológica ou adotiva.

A pontuação de Maux e Dutra (2010), sobre a problemática acerca da ideia cultural de que os pais biológicos seriam os verdadeiros, enquanto os adotivos seriam os falsos, sobressaindo-se sempre os vínculos sanguíneos aos afetivos, foi observada em algumas falas.

“Ter como “seu” filho alguém sobre o qual você não conhece nada, familiares, história, cultura é realmente amar, doar, acreditar e confiar”. [sic] (P38, *concluinte*).

“[...] querer o bem-estar de um filho que não é seu, porém você cuida como”. [sic] (P15, *iniciante*).

Observa-se que o participante 38 usa aspas para falar sobre o vínculo com a criança adotada, sugerindo dúvida sobre a transferência da filiação, enquanto que a fala do participante 15 salienta que o filho adotado não é de fato dos pais adotantes, ou seja, verdadeiramente ele seria filho dos pais biológicos. Estas questões não geraram categorias próprias, mas elas ilustram de forma muito clara alguns mitos e preconceitos nos quais o tema adoção é envolto.

Motivação para adoção

A Tabela 2 traz as frequências das categorias que emergiram do questionamento: *quais seriam seus motivos para adotar?*

Tabela 2: Motivos para adotar

Categorias	Subcategorias	Iniciantes (f)		Total
		Iniciantes (f)	Concluintes (f)	
Foco no adotado	Ajudar uma criança	9	9	27
	Dar afeto positivo	-	9	
Foco no adotante	Incapacidade de gerar filhos	3	4	13
	Opção para casais homoafetivos	-	3	
	Exercer a parentalidade	-	3	

Nota: f = número de respostas, não de participantes.

Percebe-se, pelos dados da Tabela 2 que em primeiro lugar, com 18 menções, está a subcategoria *ajudar uma criança*, que se refere à possibilidade de a família adotante oferecer para a criança ou para o adolescente uma vida melhor, preservando seu direito de ter um lar.

“[...] oportunidade de melhor condição de vida a uma criança que precisa”. [sic] (P1, iniciante).

Em seguida vem a subcategoria *dar afeto positivo*, com nove menções, que se refere a oferecer às crianças e adolescentes, que se encontram em situação de acolhimento, proteção, carinho, cuidado e amor. Esta categoria, porém, apareceu apenas pelas falas dos alunos concluintes.

“Dar carinho amor proteção para uma criança que quase não convive com esses sentimentos”. [sic] (P47, concluinte).

Incapacidade de gerar filhos, que se refere aos participantes que adotariam devido a algum fator biológico que os impossibilitasse de gerar uma criança, como a infertilidade, surge em terceiro lugar com sete menções.

“Limitação fisiológica para gerar uma criança [...]” (P45, concluinte).

Assim, percebe-se que a subcategoria que ilustra a percepção de que os participantes adotariam com o objetivo de dar melhores condições vida ao adotado obteve a maior porcentagem de menções em ambos os semestres. As subcategorias que emergiram com frequências consideráveis de menção na fala dos participantes concluintes, e que não foram citadas nas categorias dos alunos iniciantes, foram: *dar afeto positivo*, *opção para casais homoafetivos* e *exercer a parentalidade*. Observa-se, então, uma maior diversidade de motivações para a adoção nas falas dos alunos concluintes.

De modo geral, as menções da categoria *foco no adotado* constituíram um maior número (27) do que as da categoria *foco no adotante* (13). Para Reppold e Hutz (2003), de certo modo, a percepção social em relação ao motivo que leva as pessoas a adotar está concentrada basicamente em dois polos

opostos. Um deles é o hedonismo, que é o comportamento que tem como objetivo buscar a satisfação de seus desejos pessoais. O segundo é o altruísmo, que se refere ao comportamento que pretende suprir necessidades alheias, mesmo que para isso seja necessário deixar de lado alguns benefícios e interesses particulares. Deste ponto de vista, os dados da presente pesquisa sugerem que se sobressaem razões altruístas para a adoção.

A pesquisa realizada por Gondim et al. (2008) confirmou a presença dos mesmos motivos que levariam os pais a adotar, mas em colocações diferentes. O primeiro objetivo para a prática da adoção na pesquisa das autoras estava relacionado a exercer a parentalidade, colocando o foco nos adotantes, resultados contrários ao da presente pesquisa, cujos resultados colocaram o foco no adotado.

A relação com a infertilidade é muito frequente nos processos de adoção (Max & Dutra, 2010; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015). Weber (1996) confirma ser este o motivo mais frequente para a adoção. A pesquisa de Reppold e Hutz (2003) apontou que 60% das mães participantes relacionaram a adoção à infertilidade, para os autores esta é a principal motivação na maioria das famílias adotantes. As motivações para a adoção têm reflexo em outras questões relacionadas à temática, por exemplo, Ebrahim (2001) pontua que a adoção entendida como uma alternativa para a infertilidade é uma das principais razões para a procura excessiva por bebês.

Preferência quanto ao perfil da criança ou adolescente

A Tabela 3 expõe a categorização das respostas dos participantes em relação à preferência quanto ao perfil da criança preterida.

Tabela 3: Preferência quanto ao perfil da criança

Categories	Iniciantes (f)	Concluintes (f)	Total
Sem perfil preestabelecido	9	9	18
Sem preferência de sexo e cor	7	8	15
Preferência de três a dez anos	-	12	12
Prefere bebês	4	5	9
Preferência de sexo	-	6	6
Preferência de dois a dez anos	5	-	5
Preferência quanto à cor	-	3	3
Total	25	43	68

Nota: f = número de respostas, não de participantes.

Considerando o total de menções dos dois semestres, percebe-se que em primeiro lugar, com 18 menções, está a categoria *sem perfil preestabelecido*, que se refere às respostas que não expressavam preferência por cor, sexo, idade ou outras características.

“Sempre pensei em qualquer idade, sexo ou cor, pois se viesse a mim não teria escolha de perfil”.
(P21, *concluinte*).

Este dado discorda com a literatura (Brasil, 2011; Ebrahim, 2001; Gondim et al., 2009; Souza, 2016) que diz que, de modo geral, há pretensões específicas de perfil da criança ou adolescente a ser adotado. Fogal e Dagnoni (2007) pontuam que o brasileiro tende a escolher um perfil semelhante ao do adotante e de pouca idade, pois os adotantes veem a adoção como uma forma de imitar a família biológica. Também para Reppold e Hutz (2003) a adoção ainda é compreendida como uma maneira de tornar possível aos pais, sejam eles inférteis ou não, a vivência da parentalidade de filhos saudáveis e fisicamente similares aos pais adotantes.

Em seguida, com 15 menções, está a categoria *sem preferência de sexo e cor* que ilustra as respostas dos participantes que não tinham preferência de sexo e cor, mas poderiam ter outras preferências, como idade, por exemplo. Em terceiro lugar, composta, porém, apenas por menções dos alunos *concluintes*, está a categoria *preferência de idade entre três e dez anos* (12 menções).

“[...] a adaptação seria fácil com uma criança menor, de até dez anos [...]”. [*sic*] (P18, *concluinte*).

A preferência por adotar bebês apareceu em quarto lugar, com nove menções. A literatura da área aponta, de modo geral, para uma preferência de perfil entre bebês recém-nascidos brancos e crianças de até dois anos de idade (Brasil, 2011; Huber & Siqueira, 2010; Gondim et al., 2009; Souza, 2016). Os resultados da presente pesquisa não concordam, portanto, com a preferência apontada na literatura, já que a preferência por bebês apareceu apenas na quarta colocação.

Pode-se observar então que a maioria dos participantes iniciantes não teria preferência por sexo, cor e idade ao adotar uma criança, ou, em segundo lugar, apenas teriam preferência pela idade e não por sexo e cor, se tornando minoria os participantes que teriam preferência por adotar bebês. Na fala dos participantes *concluintes* surgiram três categorias inexistentes na fala dos iniciantes, que foram: *preferência de três a dez anos*, com maior porcentagem de menções, a categoria *preferência quanto ao sexo*, e *preferência quanto à cor*.

Em síntese, pode-se dizer que grande parte dos participantes de ambos os semestres não possuía preferência de idade, sexo e cor em relação ao adotado. Com menores porcentagens em ambos os semestres foram encontradas menções que se referiam a ter preferência de bebês. Porém, no total de menções esta categoria ficou em quarto lugar, prevalecendo em primeiro lugar a inexistência de um perfil preestabelecido.

Mitos e preconceitos relacionados à adoção

Existem milhares de pessoas na expectativa de adotar uma criança, porém, em contrapartida, existem milhares de crianças e adolescentes abandonados nas instituições de acolhimento, sonhando com o dia em que passarão a fazer parte de uma família (Weber, 1995). Mitos e preconceitos sobre a

adoção têm um papel relevante neste desencontro. Para esta pesquisa foram usados 14 itens que se referem a mitos e preconceitos relacionados à adoção, retirados de Weber (1995):

- 1) Idade e problemas de comportamento: crianças adotadas mais velhas são mais difíceis de educar.
- 2) Cor e preconceito: adotar crianças de cor diferente pode trazer problemas, como o preconceito de outras pessoas.
- 3) Adoção especial e dificuldades: adotar crianças com problemas de saúde demanda habilidades especiais dos pais para lidar com a situação e preparo para despesas altas.
- 4) Acolhimento e problema de comportamento: uma criança que viveu muito tempo em situação de acolhimento institucional é mais difícil de educar, pois ela carrega seus vícios e hábitos anteriores.
- 5) Risco de devolução da criança: há o risco de os pais biológicos solicitarem a devolução da criança.
- 6) Transmissão genética de problemas: alguns aspectos negativos são transmitidos geneticamente, por isso é arriscado adotar uma criança sem saber a origem de seus pais biológicos.
- 7) Controle de natalidade: o governo deveria controlar o número de filhos, principalmente de mulheres de baixa renda.
- 8) Fatalismo sobre a criança: uma criança adotada cedo ou tarde traz problemas.
- 9) Adoção e fertilidade: o objetivo da adoção é ser o último recurso para quem não consegue ter filhos.
- 10) Desbloqueio de problemas psicológicos: a adoção pode funcionar como uma forma de desbloquear algum fator psicológico, assim o casal pode tentar ter filhos da forma biológica.
- 11) Esconder a origem da criança: a criança que não sabe que é adotada traz menos problemas.
- 12) Empecilhos burocráticos: as adoções realizadas pelo juizado são demoradas, por isso é justificável recorrer à adoção “à brasileira”, fora dos trâmites oficiais.
- 13) Filiação sanguínea: somente os laços de sangue são “fortes e verdadeiros”.
- 14) Abandono da criança: não há justificativa para abandonar uma criança, mesmo sem condições a mãe deve ficar com ela.

A concordância a estes itens foi investigada por meio de uma escala Likert. A Tabela 4 expõe as médias encontradas para cada mito ou preconceito, considerando os escores gerais e também os escores separados por fase. Os itens são expressados por meio da nomeação anteriormente apresentada.

Tabela 4: Níveis de concordância sobre mitos e preconceitos sobre a adoção

Itens	Iniciantes (M)	Concluintes (M)	Total (M)
1. Idade e problemas de comportamento	1,71	1,80	1,77
2. Cor e preconceito	1,06	1,20	1,15
3. Adoção especial e dificuldades	2,06	1,93	1,98
4. Acolhimento e problema de comportamento	1,82	1,87	1,85
5. Risco de devolução da criança	2,41	2,30	2,34
6. Transmissão genética de problemas	1,41	1,37	1,38
7. Controle de natalidade	2,65	2,50	2,55
8. Fatalismo sobre a criança	1,59	1,13	1,30
9. Adoção e fertilidade	1,81	1,33	1,50
10. Desbloqueio de problemas psicológicos	2,53	1,93	2,15
11. Esconder a origem da criança	1,29	1,13	1,19
12. Empecilhos burocráticos	1,94	1,80	1,85
13. Filiação sanguínea	1,24	1,17	1,19
14. Abandono da criança	2,12	1,80	1,91
Total	25,62	23,27	24,08

O teste de médias *t* de *Student* não mostrou diferença significativa ($p>0,05$) entre os semestres em relação ao escore total da escala de mitos e preconceitos sobre adoção. Ou seja, alunos iniciantes e concluintes de Psicologia tendem a expressar-se de maneira similar em relação ao tema. Assim, algumas considerações serão feitas com base nas médias apresentadas na Tabela 4 que, por não terem significância estatística, devem ser consideradas com cautela.

Um dos itens com a média mais alta de concordância foi o referente à afirmação de que seria responsabilidade do governo, principalmente no caso de mulheres de baixa renda, controlar o número de filhos. De acordo com Carter e McGoldrick (1995), a história de vida de famílias pobres, ou seja, de baixa renda, é caracterizada por diversas crises, levando suas capacidades de se adaptar além dos

limites humanos. Estas crises são fatores prejudiciais para o desenvolvimento socioeconômico, psicossocial e emocional, tornando estas famílias limitadas em sua capacidade de progredir.

Santos e Freitas (2009) ainda ressaltam que pessoas pobres têm menos oportunidades de adquirir conhecimento, tendo dificuldade de arrumar emprego, pois são as últimas a serem contratadas e as primeiras a serem demitidas, levando essas pessoas a terem baixa autoestima devido à falta de emprego, o que resulta, muitas vezes, em sentimentos de raiva, desespero e impotência. Porém, importa lembrar que a pobreza em si não é motivo para a destituição familiar (Brasil, 1990; Brasil, 2011), pois, mesmo em condições adversas as famílias podem se organizar para prover condições básicas para o desenvolvimento saudável infantil.

Os altos níveis de concordância a este item são preocupantes, pois ele trata da violação de Direitos Humanos garantidos pelo estado, os Direitos Sexuais e Reprodutivos, o que inclui a noção de que o planejamento familiar é de livre decisão do casal (Brasil, 2005).

O Governo brasileiro pauta-se pelo respeito e garantia aos direitos humanos, entre os quais se incluem os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, para a formulação e a implementação de políticas em relação ao planejamento familiar e a toda e qualquer questão referente à população e ao desenvolvimento (Brasil, 2005, p. 6).

Houve também maiores índices de concordância com o item relativo à insegurança e ao medo de que os pais biológicos se arrependessem e pudessem requerer a criança de volta. Conforme Brasil (2011) a lei garante que a(o) criança/adolescente que foi adotada(o) tenha cortado qualquer vínculo jurídico com os pais biológicos e familiares, porém, esta quebra não significa o rompimento com a história vivenciada pela(o) criança/adolescente, anterior à adoção.

Outro item, dentre aqueles com níveis maiores de concordância, refere-se à ideia de que a adoção pode auxiliar a desbloquear fatores psicológicos, fazendo com que os casais que adotam tenham mais facilidade de gerar um filho biológico. Weber (1996) diz que ainda nos dias de hoje a esterilidade dos pais é a mais consciente das motivações para adotar. Porém, é necessário que os adotantes tenham a lucidez de não considerar a adoção como um meio de infringir a esterilidade, pois poderá surgir um efeito contrário, que intensificará o problema. Ou seja, a adoção não é uma resolução quando se fala em infertilidade. É necessária uma preparação na qual os pretendentes resolvam-se frente a essa incapacidade fisiológica e elaborem as perdas das funções reprodutoras.

Na Tabela 4 tem-se ainda os itens que indicam as menores médias, como o que se refere à ideia de que somente os laços de sangue são fortes e verdadeiros, com média de 1,19. Na pesquisa de Huber e Siqueira (2010) os pais candidatos à adoção relataram medo das implicações do componente genético herdado dos pais biológicos. Segundo Maux e Dutra (2010), o laço de sangue é uma maneira de garantir a perpetuação da herança genética, desta forma pode-se dizer que as características físicas e biológicas atestam a procedência de um determinado indivíduo. Contudo, a genética não é um fator determinante na construção da personalidade de uma criança que se encontra em pleno desenvolvimento, ou seja, o comportamento é aprendido e desenvolvido no ambiente familiar em que ela está inserida. As autoras comentam que a família que adota deve estar aberta à personalidade e à subjetividade da criança adotada, estimulando-a para que ela desenvolva os comportamentos

característicos da família na qual ela se encontra inserida, pois são as relações afetivas baseadas na cultura de cada família que fazem com que ela se torne pertencente àquele núcleo familiar.

Ser pai adotivo ou pai biológico tem exatamente a mesma importância e a mesma essência. O que se percebe na fala do senso comum do dia a dia é que falta de preparo e reflexão anterior para a adoção parece gerar temor, fortalecendo os mitos dos laços biológicos como aqueles 'naturais' e 'verdadeiros'. Com isso os pais adotivos tentam ocultar-se e imitar uma família biológica. Desta forma, entende-se também o porquê do índice baixíssimo da adoção interracial, de portadores de deficiência e de crianças maiores, devido à diferença entre a criança e quem pretende adotar (Weber, 1996).

Também com uma das menores médias de concordância ($M=1,19$) está o item que menciona que a criança trará menos problemas se ela não souber que é adotada. Maux e Dutra (2008) falam sobre a falta de segurança que os pais adotivos têm em revelar aos filhos a história de vida deles. Quem adota tem medo de ser abandonado ou que um dia o filho tenha curiosidade de conhecer os seus genitores, podendo assim escolher ficar com a família biológica. Esses fatores contribuem para a dificuldade de aplicação de regras e limites e para falta de autoridade parental dos adotantes, pois estes pais temem que o filho, se contrariado, decida deixá-los.

A pesquisa de Huber e Siqueira (2010), com quatro casais habilitados para adoção, apontou como uma das preocupações o medo dos participantes de que os filhos queiram procurar os pais biológicos e ficar com eles, o que significaria para estes casais que eles fracassaram na sua parentalidade. Esconder da criança sua verdadeira origem, porém, não é a melhor alternativa (Maux & Dutra, 2008; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015). Exercer o cuidado e o afeto, demonstrando proteção, amor e firmeza na colocação de limites e regras, colabora para uma criação harmoniosa e mais segura. A história da criança é parte do contexto existente entre pais e filhos adotivos, evitar esconder estes fatos auxilia na manutenção de situações naturais na memória da criança (Maux & Dutra, 2008).

Quando considerados os itens individualmente, apenas um apresentou diferença estatisticamente significativa de médias ($t=2,27$, $p=0,028$) entre os semestres. No item "*uma criança adotada cedo ou tarde traz problemas*" os alunos iniciantes apresentaram níveis maiores ($M=1,59$, $dp=1,00$) de concordância do que os alunos dos semestres concluintes ($M=1,13$, $dp=0,34$), demonstrando concordarem mais com uma espécie de fatalismo em relação a problemáticas que surgirão com estas crianças por serem adotadas.

De modo geral, nota-se que há uma semelhança das médias mais altas entre os alunos iniciantes e concluintes, iniciando pelo mito que obteve a maior média entre ambos, que se refere à questão de que governo deveria ter a responsabilidade de controlar o número de filhos, principalmente em mulheres que pertencem à classe baixa. Seguido do item que se refere a uma insegurança sobre ter que devolver a criança aos pais biológicos, se estes solicitassem. Por fim, encontra-se a ideia de que a adoção pode funcionar como uma ajuda aos pais, fazendo com que fatores psicológicos sejam desbloqueados, auxiliando na tentativa de ter filhos de forma biológica.

A adoção como estratégia que funcionaria para corrigir possíveis disfunções fisiológicas expõe as motivações centradas em interesses dos adotantes, não do adotado. A crença de que a integração de uma criança por meio da adoção no núcleo familiar tornaria mais provável a fecundação fundamenta-se em uma noção que coloca essa criança como meio, não como fim (Reppold & Hutz, 2003).

Maux e Dutra (2010) fazem uma reflexão acerca dos mitos atrelados à adoção, sugerindo ser preciso ampliar a imagem social do processo para que a desmistificação dessas crenças fortemente cristalizadas ocorra, e isto só será possível em um momento em que a adoção passar a ser preocupação da sociedade como um todo, não apenas das famílias adotantes.

O psicólogo, atuando em uma instituição de acolhimento, irá realizar atendimentos e orientações com o objetivo de auxiliar a adaptação na relação entre a criança e sua nova família (Alvarenga & Bittencourt, 2013), sendo essencial, portanto, no auxílio à preparação do novo futuro que a criança tem disponível. Gondim et al. (2008) também ressaltam a importância do psicólogo na preparação das famílias adotantes. Os grupos de apoio à adoção também são espaços com perspectivas promissoras para a atuação deste profissional, especialmente em relação ao esclarecimento de dúvidas e mitos sobre a adoção (Costa & Kemmelmeier, 2013). Neste contexto, ele poderá deparar-se com mitos e preconceitos capazes de dificultar as relações que serão estabelecidas entre adotantes e adotados, na sua atuação junto aos pretendentes à adoção. Neste sentido, considerou-se preocupante o resultado que expressa níveis similares de concordância em relação a mitos e preconceitos sobre a adoção em estudantes iniciantes e concluintes do curso de Psicologia.

Espera-se do profissional de Psicologia uma posição ativa na desconstrução de mitos e preconceitos sobre aspectos relacionados à adoção e que sua formação o auxilie a transpassar suas próprias crenças distorcidas sobre a temática, tornando-o um profissional capacitado para lidar com estes aspectos nas pessoas que farão parte do seu contexto de trabalho, sejam elas famílias pretendentes à adoção, crianças e adolescentes a serem adotados ou colegas de uma equipe. Os resultados deste trabalho não apontam para uma evolução dos acadêmicos neste sentido, uma vez que os iniciantes apresentaram médias similares aos concluintes e, adicionalmente, com ênfase nos mesmos itens.

Ainda, o teste *t* de comparação de médias não apresentou diferença significativa ($p>0,05$) entre o escore total da escala de mitos sobre adoção e as variáveis: se tem filhos, se planeja ter filhos, se já pensou alguma vez em adotar, idade e o gênero dos participantes. Sugerindo que essas variáveis não apresentaram relevância nos níveis de concordância sobre os mitos e preconceitos investigados na presente amostra.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo investigar aspectos relacionados à adoção na percepção de acadêmicos de Psicologia. A maioria dos participantes já havia pensado alguma vez em adotar e considerou a adoção, em primeiro lugar, como um ato de amor, seguido de um ato de ajuda e de responsabilidade. Com relação ao perfil da criança ou do adolescente que seria adotada(o), observou-se a prevalência dos que não tinham preferência por sexo, cor e idade, indo na contramão do que aponta a literatura. Quanto às motivações para a adoção, em primeiro lugar apareceram aquelas que colocam o foco no adotado, chamadas altruístas.

Em relação aos mitos e preconceitos abordados neste trabalho, observou-se consideráveis níveis de concordância particularmente nos itens: o governo deveria controlar o número de filhos,

principalmente de mulheres de baixa renda; há o risco de os pais biológicos quererem a criança de volta e a adoção pode funcionar como uma forma de desbloquear algum fator psicológico, assim o casal pode tentar ter filhos da forma biológica, que são, na sequência, um item que expressa uma noção preconceituosa e dois mitos. Estes resultados foram similares em ambos os semestres do curso de Psicologia, ou seja, as médias dos dois semestres não obtiveram diferenças estatisticamente significativas no escore total dos mitos e preconceitos. Diante disso, pode-se concluir que falsas noções e preconceitos sobre a adoção estiveram presentes nas falas dos participantes que estavam iniciando sua formação em Psicologia e também nas daqueles que finalizavam sua graduação, sugerindo a hipótese de que a sua formação não foi suficiente na abordagem e esclarecimento destas questões.

Concluiu-se pela importância do tema adoção ser discutido com ênfase no curso Psicologia, pois o psicólogo trabalha com as complexidades dos seres humanos que estão expostos às circunstâncias deste processo. O profissional que venha a intervir, tanto com a criança, quanto com os pais adotivos, deve ter conhecimento e propriedade do assunto, pois há uma amplitude de aspectos psicológicos que atingem, direta ou indiretamente, as partes envolvidas.

Esse trabalho apresenta a limitação de ter uma amostra pequena com a qual foi possível investigar e relacionar poucas variáveis. Ainda, sugere-se que, pelas perguntas terem tido um caráter hipotético, as respostas podem ter sido influenciadas, em algum grau, pelo fenômeno da desejabilidade social.

Agradecemos a Michael Adam Glidden Forteski pela valiosa assistência técnica.

Referências

- Aguiar, O. X., Carrero, M. L. C., & Rondina, R. C. (2007). Casa abrigo: Possibilidade de atuação para o psicólogo. *Revista Científica Eletrônica de Psicologia*, 5(9), 1-7.
- Alvarenga, L. L., & Bittencourt, M. I. G. F. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: O papel do psicólogo em processos de adoção. *Pensando Famílias*, 17(1), 41-53.
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília.
- Brasil. (2011). *Cartilha passo a passo*. Adoção de crianças e adolescentes no Brasil. Paraíba.
- Brasil. (2005). Ministério da Saúde. *Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Brasília.
- Costa, L. T. M., & Kemmelmeier, V. S. (2013). O olhar de futuros pais sobre o processo de adoção. *Psicologia Argumento*, 31(72), 187-196.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia para familiar* (2ª ed.). Artmed: Porto Alegre.
- Dias, M. S. L., & Silva, R. S. B. (2012). O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, 45, 177-188.
- Ebrahim, S. G. (2001). Adoção tardia: Altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 8(1), 73-80.

- Fogal, S. S., & Dagnoni, J. M. (2007). O perfil da criança ou do adolescente adotado por residentes na Comarca de Muriaé, MG, e o princípio do melhor interesse infanto-adolescente. *Revista Jurídica da Faminas*, 3(2), 95-120.
- Gondim, A. K., Crispim, C. S., Fernandes, F. H. T., Rosendo, J. C., Brito, T. M. C., Oliveira, U. B. (2008). Motivação dos pais para a prática da adoção. *Revista Boletim de Psicologia*, 58(129), 161-170.
- Huber, M. Z. & Siqueira, A. C. (2010). *Pais por adoção: A adoção na perspectiva dos casais em fila de espera*. *Psicologia Teoria e Prática* 12(2), 200-216.
- Justo, A. M., Rippel, C. G., & Maier, T. C. (2017). Representações sociais sobre adoção de crianças e adolescentes institucionalizados: Um estudo entre universitários de Psicologia e Direito. *Revista de Pesquisa Interdisciplinar*, 2(2), 172-191.
- Maux, A. A. B., & Dutra, E. (2010). Adoção no Brasil: Algumas reflexões. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 356-372.
- Morelli, A. B., Scorsolini-Comin, F., & Santeiro, T. V. (2015). O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, 27(1), 175-194.
- Reppold, C. T., & Hutz, C. S. (2003). Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: Características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 25-36.
- Santos, J. C., & Freitas, P. M. (2009). Planejamento familiar na perspectiva do desenvolvimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(3), 73-80.
- Souza, M. L. N. (2016). *A “nova cultura da adoção”: Reflexões acerca do cenário atual da adoção no Brasil*. Dissertação de mestrado não publicada. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, BR.
- Valério, T. A. M. & Lyra, M. C. D. P. (2014). A construção cultural de significados sobre adoção: Um processo semiótico. *Psicologia & Sociedade*; 26(3), 716-725.
- Weber, L. N. D. (1995). Da institucionalização à adoção: Um caminho possível? *Revista Igualdade*, Ministério Público Paraná, 9, 1-9.
- Weber, L. N. D. (1996). *Família adotiva e mitos sobre laços de sangue*.
- Weber, L. N. D. (2001). *Pais e filhos por adoção no Brasil: Características, expectativas e sentimentos*. Curitiba: Juruá.
- Weber, L. N. D. (2005). Abandono, institucionalização e adoção no Brasil: Problemas e soluções. *O social em questão*, 14, 53-70.

Endereço para correspondência

rsforteski@gmail.com

Enviado em 05/11/2017

1ª revisão em 25/05/2018

Aceito em 26/08/2018